

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES: EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE LEITORA NO BRASIL

Jorge Santa Anna¹

Resumo: Tematiza a leitura na sociedade pós-moderna, a qual se constitui como um processo eminentemente abrangente, que extravasa as práticas tradicionais que contemplam, tão somente, instituições e fazeres educacionais. Objetiva apresentar a importância da leitura no desenvolvimento pessoal e social, considerando a participação das instituições nesse processo, haja vista despertar o nascimento de uma sociedade leitora. Através de estudo qualitativo, por meio de levantamento bibliográfico em livros e artigos que versam sobre o tema, constatou-se que a leitura exerce interferência na formação instrutiva do indivíduo, não se restringindo, apenas, ao processo de alfabetização e letramento, mas se consolidando como uma prática social que intervém na formação crítica e capacidade interventiva do sujeito em sua realidade. Considerando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e as expectativas contempladas nas práticas leitoras até então realizadas no Brasil, essa discussão nos permite constatar que a nação brasileira somente atingirá o status de sociedade leitora quando houver conscientização e propagação do papel da leitura no desenvolvimento individual e social. Além disso, deve haver ações e união de esforços, por meio da participação de todos os elementos sociais, sejam instituições, organizações e profissões as quais necessitam ser sustentadas por políticas públicas gerenciadas e mantidas pelo Estado, realizando atividades que despertem o gosto pela leitura entre todos os grupos da sociedade. Sugere-se a realização de estudos empíricos acerca da percepção e contribuição das organizações públicas e privadas e das profissões no fomento à leitura no Brasil.

Palavras-chave: Leitura. Instituições educacionais e sociais. Sociedade leitora. Políticas públicas de leitura.

THE IMPORTANCE OF READING AND CONTRIBUTIONS INSTITUTIONS: IN SEARCH OF A READER SOCIETY IN BRAZIL

Abstract: Thematicises reading in post-modern society, which is constituted as an eminently comprehensive process that goes beyond the traditional practices that include, alone, institutions and practices educational. Aims to present the importance of reading in personal and social development, considering the participation of the institutions in this process, given awaken the birth of a reader society. Through qualitative study through literature in books and articles that deal with the subject, it was found that reading exercises interference in

¹ Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador atuante no ramo da Consultoria Informacional e Normalização de Trabalhos Científicos. Assessor do periódico Pró-discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES. Email: professorjorgeufes@gmail.com.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8131480Z4>

instructional training of the individual, not limited only to the literacy and literacy process but consolidando- whether as a social practice that intervenes in critical training and intervention capacity of the subject in your reality. Considering the challenges, the achievements and expectations contemplated in reading practices so far carried out in Brazil, this discussion allows us to see that the Brazilian nation only reach the status of reader society when there is awareness and spread reading role in individual development and social. In addition, there must be action and joint efforts, through the participation of all social elements, are institutions, organizations and professions which must be underpinned by managed political policies and maintained by the state, performing activities that arouse the taste and convenience of reading among all groups in society. It is suggested to carry out empirical studies on perception and contribution of public and private organizations and professions in the promotion of reading in Brazil.

Keywords: Reading. educational and social institutions. Reader society. public reading policies.

1 INTRODUÇÃO

A busca por conhecimento tem sido uma necessidade do ser humano ao longo dos tempos, graças à racionalidade a ele atribuída, o que lhe permite estabelecer melhores formas de interação com a natureza e com a própria sociedade. É através da capacidade de raciocinar, interagir, produzir ideias, comparar e refutar fatos e ações que o homem interfere no ambiente, seja ele social ou natural, buscando controlar as ações que permeiam esse meio, com o objetivo de propor melhorias para sua autonomia e sobrevivência.

Essa característica racional e interacional do ser humano lhe confere um atributo peculiar que o difere de todos os demais elementos da natureza. Portanto, é por meio da razão, através de processos mentais, interacionais e criativos que a sociedade desenvolve-se, tendo como base para esse desenvolvimento o conhecimento em suas diversas modalidades e utilidades. Esse conhecimento é manifestado na esfera social por meio das diversas tendências existentes, sejam elas de aspecto científico, político, econômico e cultural.

Portanto, a produção de conhecimento favoreceu a evolução das sociedades e a emancipação dos sujeitos, conforme nos relata a história das civilizações. O conhecimento é considerado como a “mola propulsora” que desperta novas percepções acerca do mundo, como também estabelece novas concepções, crenças e valores acerca da existência humana e a capacidade de transformação da realidade. Assim, o conhecimento representa ideias que foram

sistematizadas pelo pensamento, agregando valor para os sujeitos. Por constituir-se um produto a ser gerado pelo pensamento, pela interação humana e se configurar como base para a transformação, o conhecimento foi sendo produzido no decurso da história e utilizado de diferentes maneiras, sobretudo como forma de dominação, como consta no estudo de Burke (2003).

Por constituir-se como algo gerado pelo pensamento de alguém, considerando diferentes aspectos, concepções e contextos, o conhecimento é produzido e gerenciado de diferentes formas. Produz-se conhecimento de formas das mais diversas, sejam através de observações, experiências, vivências e intervenções, viabilizando, dessa forma, esclarecimentos acerca do ser e do viver humano.

Nesse contexto, percebe-se que a leitura desempenha uma estratégia para gerar conhecimento. A esse respeito, Silva (1991) nos ensina que a leitura representa um ato do conhecimento, uma vez que tal ato possibilita a percepção e a compreensão sobre as relações existentes no mundo. Tal prática, segundo Martins (1994), gera aprendizado, que, por sua vez, condiciona a ampliação de horizontes ao leitor, de modo que ele compreenda seu universo e estabeleça reações interventivas de mudança.

Sendo assim, leitura e conhecimento são parceiros no desenvolvimento individual e social. As pessoas buscam conhecimento, haja vista desenvolverem métodos interventivos de melhoria para suas vidas. Trata-se de uma estratégia, a qual desenvolve atitudes, habilidades e competências no enfrentamento de problemas e desafios impostos pela realidade. Por sua vez, as sociedades buscam conhecimento tendo em vista encontrarem base de sustentação para o desenvolvimento social.

Em tese, a evolução das sociedades tem sido um motivo que desperta cada vez mais a produção do conhecimento. No mundo atual, o ato de produzir conhecimento não está relacionado, tão somente, às formas de ascensão em uma sociedade diversificada e competitiva, mas se trata de uma necessidade de adaptação², tendo em vista evitar a exclusão ou marginalização dos sujeitos.

² Ressalta-se que essa “adaptação” se dá de forma não pacífica, mas com transformações e aprendizagens, distanciando-se de uma abordagem behaviorista.

Diante da importância e valor que a leitura e o conhecimento assumem, diversas ações vêm sendo realizadas pelos governos, no sentido de fomentar uma sociedade leitora. Por ser considerada a base para geração de aprendizado e construção de conhecimento, a leitura tem sido incentivada por inúmeras instituições, representando um compromisso social em prol da cidadania.

Segundo estudo realizado por Santa Anna, Gregório e Gerlin (2014), a leitura desempenha na sociedade um papel transformador, portanto caberá às instituições, sobretudo as governamentais, elaborar e implementar políticas públicas voltadas ao incentivo à leitura, de modo que se consolide uma sociedade leitora. No Brasil, segundo os autores supracitados, diversos programas governamentais têm sido elaborados de modo a despertar o gosto pela leitura. Os autores citam como exemplo o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), o qual visa à formação de leitores e o incentivo à leitura no país.

Importante recomendação é proposta por Santa Anna, Gregório e Gerlin (2014) ao mencionarem que a leitura constitui um fazer que pode ser realizado em diferentes locais, não se limitando apenas aos ambientes residenciais, escolares ou de informação como as bibliotecas. Esses autores dialogam com Freire (2009), afirmando que o ato de ler desperta a construção de novas habilidades e viabiliza a consumação do aprendizado, sem considerar o espaço, a posição, enfim, tal ato independe da maneira como é praticado pelo sujeito.

Com base nessas argumentações, este texto tematiza a importância da leitura e as contribuições das instituições, tendo em vista despertar a formação de uma sociedade leitora. Objetiva apresentar a importância da leitura no desenvolvimento pessoal e social, considerando a participação das instituições nesse processo. Para tanto, o presente estudo reflete, primeiramente, acerca das características e importância do ato de ler, especificamente no que se refere ao desenvolvimento individual e social, para posteriormente, apresentar a participação das diversas instituições inseridas no contexto social, no que diz respeito ao incentivo à leitura, haja vista despertar o nascimento de uma sociedade leitora.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como de natureza qualitativa, recorrendo à pesquisa bibliográfica como método de pesquisa. Assim, por meio da leitura de diversos livros e artigos científicos que versam sobre essa temática, foi possível trazer à baila reflexões

pertinentes, instigantes, provocadoras e, principalmente, incentivadoras acerca do papel da leitura na sociedade moderna.

Importante mencionar que este texto não pretende analisar casos específicos de práticas de leitura, nem, tampouco, analisar políticas públicas e outros documentos oficiais que demonstrem o comprometimento das instituições públicas no fomento à leitura, uma vez que muitos autores já trabalharam com essa proposta de pesquisa. Também não se pretende esgotar o assunto, mais sim, diante da importância da leitura para a sociedade contemporânea, sobretudo com a vigência de um mundo globalizado, aumento da competitividade e necessidade de inovações, evidenciar que o ato de ler poderá ser uma forma de garantir a consolidação de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

2 LEITURA COMO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL

A leitura tem desempenhado um importante papel no desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades ao longo dos tempos, o que tem despertado em grande parte da literatura especializada o interesse de pesquisa sobre esse tema. Diversos estudos demonstram a interferência da leitura, seja no aprendizado ou na modificação comportamental, bem como as diversas práticas e técnicas de leitura utilizadas nas sociedades, o que despertou o aparecimento de diferentes perfis de leitores (CHARTIER, 1990).

A leitura constitui um processo de produção de sentidos, o qual será processado, tendo em vista possibilitar o aprendizado. Representa uma atividade consolidada a partir da interação entre diferentes elementos, tal como o leitor e texto, sendo que dessa interação o leitor utiliza de conhecimento ou estratégias específicas, a fim de proporcionar a construção de novos significados, a partir do que está exposto no texto. Assim, a leitura representa um processo contínuo, o qual não se restringe, tão somente, ao processo de alfabetização, mas que, ao contrário, estende-se por toda a vida do leitor (GOMES, 2009).

Estudos desenvolvidos por Santa Anna e Pereira (2014, p. 1693) demonstraram que a leitura constitui uma prática individual e social. Tal prática manifesta-se por meio da existência de

um dado suporte, o que vai ao encontro das pesquisas desenvolvidas por Chartier (1990). Portanto,

A leitura constitui um processo interpretativo de informações materializadas em um dado suporte. Sem a existência do suporte, a informação perder-se-ia com facilidade, não sendo possível armazená-la para futura análise. A comunicação oral por si só viabiliza a consolidação de uma leitura momentânea, perdendo a oportunidade de poder ser contextualizada por outros leitores e em outras ambiências (SANTA ANNA; PEREIRA, 2014, p. 1693).

Santa Anna e Pereira (2014, p. 1410) acreditam que a leitura desenvolve-se em meio à sintonia estabelecida entre leitor e fonte, cujo resultado dessa interação desencadeia a transmissão de informações, consolidando, por meio dessa interação, um processo contínuo e integrado. Segundo esses autores, “[...] praticada, *a priori*, de forma oral, o ato de ler transformou-se no decorrer dos tempos, sendo influenciado por diferentes espaços físicos, contextos e tecnologias, ocasionando o aparecimento de diferentes práticas de leitura e viabilizando o perfil de diferentes leitores”.

Além de ser um processo contínuo, a leitura se caracteriza como uma prática interativa, considerada como uma das mais válidas estratégias para desenvolvimento individual (SCHUTZ; PELEGRINI; GONÇALVES, 2009). Para essas autoras, no processo de leitura estabelece-se um diálogo do leitor com o texto, sendo que a interatividade vai se desenvolvendo naturalmente à medida que o leitor vai processando as informações recebidas. A interatividade, por sua vez, manifesta-se no momento em que o leitor souber “[...] associar diferentes textos, conhecimentos e imagens, compreendê-lo e conseguir expressar sua opinião sobre o assunto [...]” (SCHUTZ; PELEGRINI; GONÇALVES, 2009, p. 57-58).

A leitura caracteriza-se, segundo Chartier (1990), como uma atividade relativamente complexa, dependendo do nível de conhecimento do leitor e sua interação com o texto. Schutz et al. (2009) corroboram com Chartier (1990) e acrescentam a necessidade da existência de indivíduos responsáveis por auxiliar o processo de leitura, sobretudo com professores e pais, tal como acontece durante a fase de alfabetização de crianças.

Lamas (2000, p. 262) nos traz uma interessante reflexão, considerando a leitura como uma atividade dialógica, a qual provoca no leitor novos questionamentos, desencadeando novas percepções no sujeito, que, por sua vez, redescobre outros significados no mundo. Assim, segundo esse teórico, “[...] leitura é, tal como a vida, de natureza dialógica. Pela leitura o ser

humano interroga o texto, interroga o mundo, interroga a si próprio, procura respostas, levanta dúvidas e entra assim, na grande orquestração do universo [...]”.

Importante considerar, de acordo com a tese defendida por Seffner (2004), que a leitura acarreta instrução aos sujeitos, portanto é amplamente utilizada em instituições educacionais. Para esse autor, a leitura como prática educativa permite a transformação do sujeito, de modo que esse torne-se conhecedor de seus direitos e deveres, o que afere a consolidação da cidadania.

Assim, a leitura está associada à manifestação da prática cidadã, constituindo um dos direitos dos indivíduos ter acesso ao livro e à leitura, por conseguinte, pautados nos princípios democráticos, caberá ao Estado e demais instituições sociais fomentar políticas, de modo a despertar a prática da leitura na sociedade (FREIRE, 2009).

É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada, sobretudo, a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento de ação contra as diversas formas de hegemonia e dominação presentes no contexto social (FREIRE, 2009).

No entendimento de Seffner (2004), a leitura torna os indivíduos críticos, ativos no processo de modificação e desenvolvimento da sociedade. Não resta dúvida, segundo Freire (2009), que a leitura viabiliza desenvolvimento individual, que, por sua vez, ocasiona desenvolvimento e transformação no meio onde o indivíduo atua. Ainda em Seffner (2004), a leitura não se manifesta, apenas, na decodificação dos códigos linguísticos, mas ler possui significados mais amplos e complexos e conotativos, uma vez que contempla a forma como as pessoas percebem os acontecimentos e tiram suas conclusões.

Portanto, a leitura, considerada em seu sentido estrito, restringindo-se à mera decodificação de linguagens, somente ocorrerá se houver um conhecimento prévio por parte do leitor. Tal conhecimento preliminar foi formado a partir de uma leitura prévia do mundo, ou seja, a leitura, nesse âmbito, contempla as experiências e vivências que permeiam o cotidiano do leitor. Desse modo, “[...] a experiência da leitura do mundo – cultural e linguística – é fundamental para a leitura textual e esta, por sua vez, facilita aquela” (LAMA, 2000, p. 262).

[...] A leitura não se dá por acesso direto à realidade, mas por intermediação de outros elementos da realidade. Nessa triangulação da leitura o elemento intermediário funciona como um espelho; mostra um **segmento do mundo** que normalmente nada tem a ver com sua própria consistência física. Ler é, portanto, reconhecer o mundo através de espelhos (LEFFA, 1996, p. 10, grifo nosso).

Para Leffa (1996), a leitura promove a produção de novos conhecimentos, tendo em vista mudar uma realidade. Esse entendimento também é descrito no estudo de Araújo e Sales (2011), para quem, a leitura não contempla apenas as práticas de aprender a ler e escrever, mas abarca a produção de sentido para a mudança do indivíduo como elemento de um contexto social. Dessa forma, a leitura manifesta-se como uma prática que fomenta o exercício da cidadania.

Considerando a importância da leitura no que se refere à formação instrutiva do indivíduo, que, por sua vez, garante a formação e, por conseguinte, a atuação participativa e interventiva do sujeito em sua realidade, constata-se o papel da leitura na formação cidadã (ARAÚJO; SALES, 2011). Nesse âmbito, Santa Anna, Gregório e Gerlin (2014) mencionam o papel das instituições, sobretudo as públicas, no que se refere ao incentivo pela prática da leitura. Para esses teóricos, a tentativa de consolidar uma sociedade leitora não deve ser uma responsabilidade apenas das instituições educacionais, como as escolas e as bibliotecas.

Nesse contexto, cabem às diversas organizações desenvolver ações de apoio aos programas voltados para a leitura, de modo que essas organizações desempenhem um papel social quanto ao desenvolvimento da sociedade como um todo, sendo que as práticas leitoras estejam presentes nas políticas públicas e sociais que subsidiam as ações do Estado. Desse modo, por meio de políticas públicas voltadas à leitura, bem como à gestão de projetos específicos, concretiza-se uma sociedade leitora (SANTA ANNA; GREGÓRIO; GERLIN, 2014).

3 A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NO FOMENTO À LEITURA

Conforme refletido por Chartier (1990, p. 123), a leitura deve ser entendida como um processo que conduz à transformação dos indivíduos inseridos em um meio social. Trata-se, na verdade, de uma “[...] prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros”.

Observa-se que a prática da leitura é viabilizada, primeiramente, por aqueles que elaboram os textos, materializando-os em diferentes contextos e suportes. Para Chartier (1990), embora existam diversos personagens envolvidos na produção dos textos, tais como editoras, bibliotecas, educadores, dentre outros, a produção de sentido constitui um elemento muito peculiar a ser elaborado unicamente pelo leitor.

No entanto, mesmo configurando-se como um processo complexo e subjetivo, no decorrer dos tempos, diversas instituições tem se dedicado na promoção da leitura. Além disso, a questão cultural e as diversas formas de interação entre os grupos sociais, como também, os diversos suportes que materializam a escrita despertou a formação das mais variadas práticas de leitura. Assim, no decorrer dos tempos, “[...] subsistem as leituras em voz alta, na taberna ou na carruagem, no salão ou no café, na sociedade selecta ou na reunião doméstica” (CHARTIER, 1990, p.124).

Chartier (2003) acredita que as diversas formas de escrita, ocasionada pelo desenvolvimento tecnológico constitui um imenso impulso à forma como as sociedades foram desenvolvendo hábitos e práticas de realização da leitura. Assim, evidencia-se que

A disseminação de novas formas de comunicação escrita traz consigo o surgimento de novas comunidades de interpretação; mais que isto, essas novas formas e comunidades – as novas práticas – marcam a construção de novos grupos, com suas próprias conexões e apropriações identitárias que, como qualquer grupo recém estabelecido, buscam sua afirmação em relação às práticas já estabelecidas (OHARA, JOANILHO, 2016, p. 1).

Não resta dúvida de que a disseminação do livro e demais materiais informativos como revistas e jornais, além da redução dos índices de analfabetismo representou o incentivo às práticas educacionais e democratização ao conhecimento (BURKE, 2003). Por conseguinte, nota-se uma maior aproximação da leitura com os diversos grupos sociais, ampliando, nesse contexto, o desenvolvimento da indústria editorial, como nos ensina os estudos de Chartier (2003). Nesse enfoque,

As estratégias editoriais engendram, portanto, de maneira despercebida, não uma ampliação progressiva do público do livro, mas a constituição de sistemas de apreciação que classificam culturalmente os produtos da imprensa, fragmentando o mercado entre clientelas supostamente específicas e desenhando fronteiras culturais inéditas (CHARTIER, 2003, p. 129).

Na sociedade atual, sobretudo com o desenvolvimento dos sistemas democráticos e aliado ao crescimento e popularização das tecnologias, as práticas educativas têm crescido, logo,

práticas leitoras também têm se desenvolvido. Portanto, a leitura tem se tornado uma responsabilidade do Estado. Através da emancipação do sujeito, busca-se o pleno exercício da cidadania, em que sujeitos bem instruídos estarão aptos a participar dos processos decisórios no contexto social, econômico e político (ROSA, 2005).

Rosa (2005, p. 5), ao citar Dallari (1998), considera que a cidadania expressa um conjunto de direitos “[...] que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. Desse modo,

O uso da leitura como prática social tem caráter relevante no processo emancipatório do sujeito, vez que os conteúdos informacionais que circulam diariamente na cadeia global são prioritariamente escritos, por isso um sujeito que não tenha acesso a esses conteúdos provavelmente ficará a margem da informação e do conhecimento (ROSA, 2005, p. 9).

Rosa (2005) nos adverte que a escola desempenha um papel fundamental, pois se coloca a serviço do ensino-aprendizagem, sendo que essa prática pode ser viabilizada por meio das técnicas e práticas leitoras, as quais tem sido tradicionalmente utilizadas pelos profissionais das unidades escolares, devendo esses ter apoio, investimento e capacitação incentivada pelas instituições governamentais.

Em virtude do importante papel desempenhado pela educação e pela leitura, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento pessoal e social, e pela manifestação da prática cidadã, as instituições governamentais devem criar medidas para que se desenvolva uma cultura sustentada pela leitura. Portanto, através do apoio do Estado, instituições das mais diversas modalidades e segmentos podem contribuir para que a leitura não seja um ato praticado apenas nas unidades educacionais e culturais, mas que se consolide como um hábito presente nas diversas circunstâncias da vida do sujeito (WEIERS, 2011).

Para a autora acima citada, o fomento à leitura vem se consolidando como uma nova área de atuação de políticas públicas no Brasil, principalmente após a criação de programas federais como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), em 1992, e como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) lançado em 2006. Além desses programas, importante considerar, de acordo com essa autora, que no Brasil, inúmeras instituições, políticas e ações

do governo federal foram consolidadas na área do livro e da leitura, principalmente após o estabelecimento da Constituição Federal de 1988.

Essas iniciativas foram estabelecidas de modo a disseminar a prática da leitura, sendo que essas ações não devem estar restritas apenas às práticas exercidas por instituições educacionais e culturais (SANTA ANNA; GREGÓRIO; GERLIN, 2014). No que se refere ao PNLL, especificamente, é possível notar a abrangência dos objetivos desse programa no que se refere à disseminação da leitura na sociedade brasileira nos últimos tempos. Assim, pretende-se conferir a este plano

[...] a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear e garantir alguma organicidade a políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular o da Cultura e o da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, buscando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX (BRASIL, PNLL, 2006, p. 11).

Semelhante ao PNLL, o PROLER³ tem se manifestado como um importante instrumento de valorização das práticas de leitura em todo o contexto da sociedade brasileira. Esse programa, em linhas gerais, objetiva articular ações, as quais transformem a prática da leitura em um hábito rotineiro, sendo que o compromisso com as ações de leitura deve ser de toda a sociedade, incluindo instituições públicas, privadas e demais elementos inseridos no contexto social. Assim, o PROLER tem um importante papel na difusão de práticas leitoras em todo o território nacional (BRASIL, PROLER, 1992).

Segundo Silva (2009), o Brasil tem se destacado no que se refere à elaboração de programas, como também políticas que busquem o incentivo à leitura no país. O incentivo à leitura não deve constituir apenas uma obrigação da escola, mas principalmente dos programas dos gestores públicos, da Secretarias de Educação, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal. O PNLL é um plano ambicioso, pois sua proposta busca abranger a leitura, não apenas pela distribuição de livro, mas ampliar o olhar para a cadeia que a envolve: a biblioteca, a pesquisa e a formação do mediador, além da indústria do livro (SILVA, 2009).

Importante considerar que a criação desse plano representou um avanço do país na busca de uma sociedade leitora. Portanto, o PNLL desperta a responsabilidade e engajamento de toda a

³ Importante mencionar que esses programas foram instituídos em nível nacional, estando ainda em processo de implementação nas várias instâncias regionais.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 2, p. 34-53, jul./dez. 2017.

sociedade brasileira ao garantir o acesso à informação, à educação e à leitura, permitindo, dessa forma, a ampliação na disseminação do conhecimento (PEREIRA; SANTA ANNA, 2014).

O PNLL contempla quatro eixos principais, os quais orientam a organização do plano que são: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização do livro e comunicação e desenvolvimento da economia do livro. O plano consolida-se como um produto do compromisso do governo em construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema (BRASIL, PNLL, 2006), abrangência que evidencia o compromisso de todos em prol de uma sociedade leitora, conforme nos ensina Pereira e Santa Anna (2014).

3.1 EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE LEITORA

De acordo com as propostas elucidadas no PNLL, ao viabilizar o hábito da leitura na sociedade brasileira, intensifica-se as possibilidades de construção de uma sociedade mais igualitária e mais inclusiva, como também, participativa, uma vez que práticas cidadãs são despertadas. Assim, o PNLL “[...] têm por base a necessidade de se formar uma **sociedade leitora** como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável” (BRASIL, PNLL, p. 11, grifo nosso).

Os programas em prol da leitura na sociedade brasileira devem ser um compromisso social das instituições, tendo destaque especial os projetos desenvolvidos no âmbito das universidades e centros de pesquisa (GURGEL, 2001). Sendo assim, segundo essa autora, esforços devem se empreendidos por essas instituições, haja vista “[...] criar condições, de forma estável e gradual, para a formação de uma sociedade leitora e provocar a consciência da importância da leitura no desenvolvimento da capacidade do indivíduo para o exercício da **cidadania plena**” (GURGEL, 2001, p. 1, grifo nosso).

A respeito do engajamento de diversos órgãos no fomento à leitura, Silva (2009) menciona a conscientização das nações quanto à importância que a leitura pode desencadear na transformação dos cidadãos, o que viabiliza desenvolvimento social. Sendo assim, constata-se

o interesse das sociedades, sobretudo às pautadas nos princípios democráticos e sociais, na elaboração de políticas de fomento à leitura.

Nesse contexto, converter a leitura em política de Estado talvez tenha sido uma das principais lutas de pesquisadores, professores e da sociedade preocupada com essa temática, pois não faltam projetos de incentivo à leitura no Brasil que, entretanto, dificilmente têm continuidade. Os projetos frutificam apenas por um período, depois são esquecidos ou transformados em outras estratégias sem, ao menos, reaproveitar o que já foi instituído (SILVA, 2009).

A cidadania é a base do Estado Democrático, portanto, investir em ações que garantam aos indivíduos exercer com integridade seus direitos e deveres deve constituir o cerce das propostas do Estado, como deve ser um comprometimento de toda a sociedade. O ato de ler provoca a cidadania, uma vez que o leitor recebe informações, processando e indagando aquilo que lhe é transmitido pelo texto (GURGEL, 2001).

A prática da leitura torna o leitor mais criativo e crítico, uma vez que “[...] ao projetar sobre o texto seu conhecimento de mundo, seu conhecimento textual e linguageiro, vai tecendo com o outro, através do texto, sua individualidade, por isso a importância da leitura para a construção da cidadania” (GURGEL, 2001, p. 4).

Observa-se que, devido ao importante papel da leitura, seja no desenvolvimento pessoal quanto social, a sociedade deve ser incentivada a adotar práticas de leitura, transformando-se em uma sociedade leitora. Para muitos teóricos, tais como Santa Anna, Gregório e Gerlin (2014), como Pereira e Santa Anna (2014), a sociedade somente se caracterizará como leitora à medida que as práticas leitoras foram realizadas em várias instâncias da sociedade, havendo criação de espaços específicos para esse fim. Portanto,

A prática da leitura não pode ser realizada apenas em ambientes educacionais, na família ou na biblioteca. Ela pode ser realizada por meio da estruturação de ambientes de aprendizagem, organizados fora do ambiente escolar e/ou da biblioteca, podendo ser firmada em ambientes onde o público aproveita o tempo ocioso para consolidação da leitura (SANTA ANNA; GREGÓRIO; GERLIN, 2014, p. 80).

Além disso, os autores consideram de suma importância o engajamento das profissões, através de um trabalho interdisciplinar, seja entre pedagogos, professores, bibliotecários, dentre outros profissionais que se colocam a serviço das causas sociais. Especificamente,

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 2, p. 34-53, jul./dez. 2017.

sobre o papel do bibliotecário, esses autores consideram que tal profissional expande sua atuação profissional e cumpre sua missão de agente cultural e social ao adquirir competência informacional, contribuindo, sobremaneira, no gerenciamento desses espaços destinados à leitura e aprendizagem (SANTA ANNA; GREGÓRIO; GERLIN, 2014).

Importante refletir que “[...] é na dimensão social da leitura que se pode encontrar o apoio estratégico que as sociedades vêm buscando para qualificar-se a si mesmas [...]” (YUNES, 2014, p. 56). Desse modo, evidencia-se que,

[...] Não só a escola, mas a biblioteca pública, os museus, os centros de lazer, os hospitais, os centros de transportes, os condomínios, as fábricas, os sindicatos, as empresas, os jornais podem promover e refletir sobre o papel extraordinário que determinadas práticas leitoras, como contação de histórias, círculos de leitura, conversas “afiadas” com autores, editores, desempenham na produção de uma experiência polifônica com textos (YUNES, 2014, p. 56).

Com base nas reflexões supraexpostas, entende-se que a prática leitora informa e forma o indivíduo para o mundo, pois, juntamente ao compromisso de quem informatiza, dever estar também o de formar o usuário da informação; do contrário, estaremos, de modo irreversivelmente injusto, disponibilizando qualidade de vida para muito poucos e ampliando a extensão dos excluídos (YUNES, 2014).

Discorrendo acerca do relacionamento entre cultura, infância e leitura, Pirrotti (1990) dispõe que, no Brasil, não é necessário apenas garantir o funcionamento das instituições educacionais e culturais, a fim de garantir a prática da leitura. Segundo esse autor, é preciso estabelecer políticas voltadas para essa questão, bem como garantir meios para que ações sejam desenvolvidas por diversas instituições.

No entendimento de Copes e Saveli (2016), o Brasil, como os demais países democráticos do mundo, precisam implantar uma política pública comprometida com os resultados para a sociedade. Avaliar a melhoria do estabelecimento de ensino no âmbito da leitura e da escrita, para saber se estão ou não alcançando os objetivos desejados pelos programas, projetos e campanhas.

Ainda corroborando com as autoras supracitadas, é importante enfatizar que não basta apenas investir no funcionamento das instituições educacionais, como também criar políticas e apoiar programas e projetos em prol do fomento à leitura. Aliado a esse fato, que, inicialmente, o

Brasil tem conseguido efetivos resultados, deve-se estabelecer o monitoramento constante dessas ações, tendo em vista garantir o efetivo e pleno funcionamento.

Assim, os programas e os projetos devem ser acompanhados, assessorados para que sejam implementados com eficácia. Isso significa dizer

[...] que deverá haver avaliações periódicas do trabalho desenvolvido pelas instituições. As políticas públicas deveriam ser implantadas tendo em vista o bom resultados dos Programas. Saber se os Programas, Projetos e Campanhas de incentivo à leitura estão sendo suficientes para despertar o gosto pela leitura, na clientela atendida pelos programas. Saber, ainda, se houve ou não melhora dos níveis de leitura dentro das escolas, se as crianças e os jovens estão se apoderando dos mecanismos da língua culta com maior facilidade (COPES; SVELI, 2016, p. 5).

Segundo Yunes (2014), na sociedade pós-moderna, deve-se pensar em formas que garantam um efetivo engajamento dos sujeitos no exercício de uma cidadania plena, em que não só os direitos estejam patentes, mas também os deveres de participação na qualidade da vida social. Portanto, o Estado exerce um papel fundamental ao fornecer subsídios para que profissionais e instituições, através de recursos apropriados coloquem-se a serviço da propagação da leitura como prática social.

Com efeito, não resta dúvida de que as políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura não devem ser amplas, contemplando apenas propostas e possibilidades, ao invés de ações específicas, como também devem despertar a junção de esforços (BRASIL, PNLL, 2006). Tais políticas, segundo o PNLL (BRASIL, 2006) devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, contribuições diversas e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores, existentes na esfera municipal, estadual e nacional, implementados tanto pelo poder público como pelas organizações da sociedade, considerando o âmbito nacional quanto internacional.

Segundo as propostas mencionadas no PNLL, as políticas de incentivo à leitura devem ter um caráter permanente e abrangente em todas as esferas públicas, desde o nível federal, estadual, municipal e institucional, de modo que haja uma possibilidade de maior propagação das ações em prol da leitura. O Estado deve assumir o controle dessas práticas, atribuindo às mais variadas instituições, o compromisso dessa importante prática social. As instituições e seus profissionais, por sua vez, assumem a responsabilidade de elaborar e gerenciar essas práticas,

em seus contextos de atuação, desencadeando, desse modo, a ampliação da prática leitora em todas as instâncias da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de uma sociedade leitora não constitui uma tarefa fácil, pelo menos no contexto brasileiro, no entanto, manifesta-se como uma necessidade fundamental para o desenvolvimento individual e social do ser humano, o que provoca, por decorrência, o compromisso do Estado e das instituições a ele vinculadas, como também de outras organizações, sejam tanto públicas quanto privadas, na tentativa de viabilizar práticas que fomentem o incentivo à leitura.

Constatamos, por meio dessa reflexão, que a leitura exerce interferência na formação instrutiva do indivíduo, não se restringindo, apenas, ao processo de alfabetização e letramento, mas consolidando-se como uma prática social que intervém na formação crítica e capacidade interventiva do sujeito em sua realidade. Sendo assim, a leitura deve extravasar as práticas educativas e se manifestar como um ato que viabiliza a transformação pessoal quanto social, a qual garante o exercício da cidadania.

Considerando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e as expectativas contempladas nas práticas leitoras até então realizadas no Brasil, essa discussão nos permite constatar que a nação brasileira, somente atingirá o status de sociedade leitora quando houver conscientização e propagação do papel da leitura no desenvolvimento individual e social. Além disso, deve haver ações e união de esforços, por meio da participação de todos os elementos sociais, sejam instituições, organizações e profissionais, os quais devem ser sustentados por políticas gerenciadas e mantidas pelo Estado, realizando atividades que despertem o gosto pela leitura entre todos os grupos da sociedade.

Mediante o engajamento e trabalho conjunto, tendo como base o amparo governamental, o que está estabelecido nas políticas, programas e ações contemplados nas esferas federal, estadual e municipal, tenderá a ser cumprido por meio das ações práticas que permeiam o cotidiano das instituições e de toda a sociedade brasileira. Evidencia-se que, manifestando-se uma sociedade leitora, aumenta-se a participação social, o engajamento das classes sociais na

busca por melhores condições de vida, de mudança da realidade, o que desencadeia, como consequência, a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e libertadora para todos.

Essa discussão nos instiga a desenvolver pesquisas empíricas, de modo a investigar o posicionamento e percepção das diversas instituições ligadas ao governo, ou outras organizações do ramo privado, acerca do que vêm realizando em prol do fomento à leitura. Além disso, desperta-se o interesse em analisar a percepção e contribuição dos diversos profissionais engajados com as causas sociais quanto à contribuição que podem oferecer à propagação da leitura na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paula Carina de; SALES, Fernanda de Sales. O bibliotecário e a formação de leitores. **Revista ACB-Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 562-578, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=19951>. Acesso em: 01 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 519**, de 13 de maio de 1992. Institui o programa nacional de incentivo à leitura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0519.htm>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Decreto n.º 7.559**, de 1.º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 01 jul. 2016.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHARTIER, Roger. Textos, Impressos, Leituras. In: _____. **História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

COPEES, Regina Janiaki; SAVELI, Esméria de Lourdes. **Programas, Projetos e Campanhas de Incentivo à Leitura**: uma visão histórica. 2016. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss11_07.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Carla Patrícia. **O ensino da leitura no processo ensino**: aprendizagem da língua portuguesa no 2º ciclo: Práticas e Concepções. 2009. 89 f. Monografia (Graduação em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses), Universidade de Cabo Verde. Praia, 2009. Disponível em: <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1721/1/cap%C3%ADtulos%20I%20II%20III.docx%20corrigido.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GURGEL, Maria Cristina Lirio. Programa de leitura da UERJ: a formação de uma sociedade leitora. **Revista do GELNE**, v. 3, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/gelne/article/viewFile/9168/6522>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

LEFFA, Vilson. **Aspectos da leitura**: uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** Maria Helena Martins, 1994.

OHARA, João Rodolfo; JOANILHO, Abdré Luiz. **A leitura além do texto**: as práticas de leitura como marcas de distinção social. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/JoaoRMOhara.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PERROTTI, E. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

ROSA, Caciací Santos de Santa. **Leitura**: uma porta aberta na formação do cidadão. 2005. Disponível em: <<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-autorias/artigos/leitura%20-%20uma%20porta%20aberta....pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SANTA ANNA, Jorge; GREGÓRIO, Elaine; GERLIN, Meri Nadia Marques. Atuação bibliotecária além da biblioteca: o espaço de leitura do hospital universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 77-88, jan./jun., 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Downloads/953-4415-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SANTA ANNA, Jorge. PEREIRA, Gleice. Os suportes de informação e suas interferências na formação do leitor. **Revista Linha Mestra**, ano 8, v. 24, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://linhamestra24.files.wordpress.com/2014/07/linha_mestra_24_19_cole_06_comunicacoes_ilsa_josuelene.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SCHUTZ, Marta Dinarte; PELEGRINI, Célia Helena de; GONÇALVES, Luana Iensen; Concepções de leitura: reflexões sobre a formação do leitor. **Disc. Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação**, S. Maria, v. 10, n. 1, p. 55-76, 2009. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/36/artigos%20letras/artigos%20letras/concep%E2%80%A1%C3%A4es%20de%20leitura.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SEFFNER, Fernando. Leitura e Escrita na História. In: NEVES, Iara C. B. et al. (Org.). **Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas**. 6 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 107-120.

SILVA, Rovilson José. Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil. **BJIS**, v.3, n.2, p.75-92, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/464/389>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PEREIRA, Gleice; SANTA ANNA, Jorge. Ampliando os espaços de leitura: práticas de leitura em sistema urbano de transporte coletivo. **Revista Linha Mestra**, ano 8, v. 24, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://linhamestra24.files.wordpress.com/2014/07/linha_mestra_24_19_cole_06_comunicacoes_ilsa_josuelene.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura na escola e na biblioteca**. 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1991.

WEIERS, Daniela Piergili. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Caxias do Sul, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8248/62090100021.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

YUNES, Eliana. A provocação que a literatura faz ao leitor. In: SP LEITURAS. **Bibliotecas públicas e seus desafios para a construção de uma sociedade leitora: Diálogos do 6º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias**. São Paulo: Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, 2014, p. 53, 62. Disponível em: <http://aprendersempre.org.br/arqs/Notas_7_web.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

Trabalho recebido em: 05/07/2016
Aceito em: 10/10/2016
Publicado em: 27/12//2017

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

SANTA ANNA, Jorge. A importância da leitura e as contribuições das instituições: em busca de uma sociedade leitora no Brasil. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 23, n. 2, p. 34-53, jul./dez. 2017.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 2, p. 34-53, jul./dez. 2017.